

A. Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos

1. Diante do quadro diagnóstico que se apresenta da educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, muitos desafios devem ser enfrentados, o que exige tratar de aspectos conceituais que sustentam modos de formular e **analisar** este diagnóstico **para orientações** políticas públicas de Estado, ouvida sempre a sociedade civil. Dessa forma, a observância da força das palavras, e das ideologias e concepções nelas presentes, deve ser objeto de nossa colaboração na construção coletiva de “um outro mundo possível” no qual a EJA se efetive como direito ao longo da vida. Assim, palavras como erradicar, ensino, aluno(a) e professor(a) não devem compor o corpo desse Documento Base, pela concepção excludente e contraditória com uma educação libertadora que tais termos representam.
2. Primeiramente cabe abordar a concepção ampliada de educação de jovens e adultos, que entende educação como direito de aprender, de ampliar e **partilhar** conhecimentos e **saberes acumulados** ao longo da vida, e não apenas de se escolarizar. Em outras palavras, os **educandos** passam a maior parte da sua vida nesta condição, e muitas são certamente as situações de aprendizado que vivenciam em seus percursos formativos.
3. Tratar a EJA como direito significa reafirmar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, para a qual a educação constitui direito fundamental da pessoa, do cidadão; mais do que isto significa criar, oferecer condições para que esses direitos sejam, de fato, exercidos. Desde o final da primeira metade do século XX, os sistemas nacionais de educação vêm decidindo seus rumos e filosofia a partir da prioridade política assumida por todos os Estados-nação que assinaram a referida Declaração. Entre nós, brasileiros, só em 1988 o direito à educação para todos voltou à Constituição Federal, devendo-se abandonar, portanto, qualquer lógica de oferta de atendimento como “oportunidade” e “chance” outorgadas à população, conforme explicitadas nas concepções de suplência. Como direito, a EJA é inquestionável e por isso tem de estar disponível para todos, como preceituado pela Constituição Federal.
4. EJA é espaço de tensão e aprendizado em diferentes ambientes de vivências, que contribuem para a formação de jovens e de adultos como sujeitos da história. Negros, brancos, indígenas, amarelos, mestiços; mulheres, homens, jovens, adultos, idosos; quilombolas, pantaneiros, ribeirinhos, pescadores, agricultores **familiares, assalariados rurais, população campesina; trabalhadores, empregados e desempregados, pessoas em situação de rua**— de diferentes **camadas** sociais; **de diferentes orientações sexuais**, origem urbana ou rural; vivendo em metrópole, cidade pequena ou campo; livre ou privado de liberdade por estar em conflito com a lei; pessoas com necessidades educacionais especiais – todas elas instituem distintas formas de ser brasileiro, que precisam incidir no planejamento, execução, **acompanhamento e avaliação** de diferentes propostas e encaminhamentos para a EJA.
5. A consciência do direito à educação e **a mobilização em sua defesa** crescem entre a população jovem e adulta excluída do sistema escolar, e faz com que suas demandas sejam consideradas na conformação de projetos político-pedagógicos e de políticas públicas a eles destinadas. Quem são esses sujeitos? Como se expressam no mundo? Onde estão no território brasileiro? O que fazem? Como produzem a existência? Quais são seus desejos e expectativas? Que projetos de vida manifestam? **Como aprendem?**
6. Pensar sujeitos da EJA é trabalhar com e na *diversidade*. A diversidade se

constitui das diferenças que distinguem os sujeitos uns dos outros. A *diversidade* que constitui a sociedade brasileira abrange jeitos de ser, viver, pensar — que se enfrentam. Entre tensões, entre modos distintos de construir identidades sociais e étnico-raciais e cidadania, os sujeitos da *diversidade* tentam dialogar entre si, ou pelo menos buscam negociar, a partir de suas diferenças, propostas políticas. Propostas que incluam a todos nas suas especificidades sem comprometer o direito garantido pela Constituição de ser diferente.

7. Foi suprimido pelo grupo.

8. A EJA, na medida em que afirma a igualdade de todos como sujeitos de direitos **negativa forma de pensar** de que uns valem mais do que outros, enfrentando as *desigualdades* como desafios a serem superados pela sociedade brasileira. Potencializar a *diversidade* na educação pode contribuir para a transformação social e para a formulação de propostas educativas **em que** esses sujeitos de *energia, imaginação e criatividade estejam no centro, com seus desejos, necessidades e expectativas de educação — um dos meios imprescindíveis à humanização não só de suas vidas, como de toda a sociedade brasileira.*

9. **A diversidade transformada em desigualdade, no contexto de uma sociedade de classe, hierárquica e autoritária que constitui a nação, tem sido um obstáculo ao exercício da cidadania, o que exige políticas de Estado, ouvida sempre a sociedade civil, para superá-la.**

10. A produção de uma política pública de Estado para a EJA, **ouvida sempre a sociedade civil**, centrada em sujeitos jovens e adultos com a expressão de toda a *diversidade* que constitui a sociedade brasileira é responsabilidade de governos e da sociedade com todos os seus cidadãos, de maneira a superar as formas veladas, sutis e explícitas de exclusão de que a *desigualdade* se vale.

11. A EJA, como espaço de relações intergeracionais, de diálogo entre saberes, de compreensão e de reconhecimento da experiência e da sabedoria, tensionadas pelas culturas de jovens, adultos e idosos tem, muitas vezes, essas relações tratadas como problemas. As formas de expressão conflituam com padrões homogêneos, exigindo acolher a discussão de *juventudes*, do tempo de *vida adulta* e de *velhices*, no plural.

12. O Brasil ainda é um país **que possui uma parcela considerável de jovens**, e dessa cultura é preciso dar conta. Grupos jovens têm questões próprias, ligadas às formas de ser e de estar no mundo, de expressar suas *juventudes*, suas culturas, seus desejos e sonhos futuros. Formas de ser constituídas, também, na luta cotidiana no mundo do trabalho e da sobrevivência, na exposição às vulnerabilidades sociais de violência, vítimas de altos índices de homicídio — situações que contribuem para afastá-los da possibilidade de acesso e permanência na escola e de torná-los sujeitos de processos de formação e de humanização. O reconhecimento de maciça presença de grupos etários integrantes da categoria histórica *jovem*, de *juventudes* nos processos educacionais, imprimindo também a necessidade de foco sobre esses sujeitos nas ofertas educativas.

13. Idosos começam a representar um número bastante significativo na população brasileira e tenderão a representar cada dia mais, face ao aumento da expectativa de vida e ao envelhecimento considerável de um significativo contingente de população. Em decorrência dessas constatações, o Brasil hoje começa a compreender a importância de se preocupar com a qualidade de vida e com os direitos dos

brasileiros com 60 anos e mais, haja vista a aprovação do Estatuto do Idoso. Por um lado, a existência de idosos que não se escolarizaram, ou nem se alfabetizaram, no país, ainda responde por grande parte do contingente não-alfabetizado. Por outro, a concepção do aprender por toda a vida exige repensar políticas que valorizem saberes da experiência dos que, podem continuar contribuindo para a produção cultural, material e imaterial da nação brasileira, com dignidade e autonomia, mudando-se a tendência histórica de relegá-los ao ócio e a atividades pouco criativas e que não possibilitam assumir compromissos sociais com o legado de uma vida, na transmissão da herança cultural.

14. **Nas cidades**, a EJA também é constituída predominantemente por jovens e adultos residentes nas periferias. O mapa do analfabetismo e dos sujeitos pouco escolarizados se confunde com o mapa da pobreza em nosso país. Encontram-se nas periferias urbanas índices e situações humanas mais degradáveis, dentre as quais precárias condições de moradia, de saneamento básico e insuficientes equipamentos públicos como postos de saúde, escolas, praças, **áreas de lazer** agravados com o crescente nível de violência e **desemprego**. De lá também se acompanha o surgimento de iniciativas comunitárias que levam milhares de jovens e adultos a participar de atividades culturais e econômicas, **buscando superar as desigualdades sociais**, criando identidades e expressando a *diversidade* ali existente.

15. Encarar na EJA a *diversidade* como substantiva na constituição histórico-social-cultural e étnico-racial brasileira **exige superar os aspectos colonizadores, escravocratas elitistas representados pela superioridade de padrão físico, de mentalidade, de visão de mundo, a ética de raiz européia, branca, masculina, de orientação heterossexual e adulta, que tem favorecido um pequeno grupo da sociedade privilegiando-os** tanto economicamente como nas possibilidades de influir nas decisões políticas sobre os rumos da sociedade. Exige superar preconceitos e **discriminação** que reforçam as *desigualdades* que caracterizam a sociedade brasileira. **Exige reeducar, portanto, as relações étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual e religiosa e observar o atendimento a todos e todas com necessidades educacionais especiais, tal como prevê a atual legislação.**

16. Em todos os níveis e modalidades de ensino, as relações entre estudantes e entre eles e seus professores reproduzem relações sociais e étnico-raciais, presentes no dia-a-dia de todos os brasileiros. São conhecidas as discriminações que sofrem indígenas, negros e população do campo em virtude de seu pertencimento étnico-racial, de seu fenótipo, de suas condições de vida e de sobrevivência. Preconceitos e **discriminações**, forjados a partir de estereótipos, **omissão e/ou** de visão distorcida do universo indígena, das raízes africanas informam julgamentos depreciativos que geram e/ou reforçam desvantagens materiais e simbólicas. Os movimentos negros brasileiros, ao longo do século XX, fizeram denúncias, apresentaram críticas à sociedade e propostas aos sistemas de ensino. **Algumas** reivindicações foram atendidas e incorporadas aos textos legais e a partir daí princípios referencias para a formulação de políticas educacionais, de propostas pedagógicas, de planos de ensino e diretrizes curriculares passaram a orientar a educação das relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e **Indígena de acordo com a lei 11645/2008.**

17. As relações de gênero no país têm sofrido mudanças consideráveis nas últimas décadas e as mulheres avançaram em direitos nos muitos aspectos da vida cotidiana – trabalho, educação, saúde, moradia, segurança —, em particular, com estratégias de sobrevivência ao machismo. Com muitas questões a enfrentar como, por exemplo, a desigualdade salarial entre homens e mulheres na mesma função

profissional, pode-se dizer que, no campo educacional, as gerações mais velhas ainda revelam a discriminação de há 60-70 anos contra as mulheres, quando não merecia importância a ida à escola, o saber ler e escrever, o conhecimento sistematizado. Nas gerações mais novas, a tendência tem sido inversa, observando-se um número superior de mulheres que acessam a educação, em relação aos homens. Muitas mulheres vivem problemas de duplas jornadas e, também, de assumirem sozinhas a chefia da família uniparental, em que a mulher garante o sustento e a educação dos filhos com o trabalho, sem que, muitas vezes, possa educar-se, seja pelo tempo escasso, seja pelos horários de oferta inadequados à realidade de vida dessas famílias. Cabe ainda ressaltar que a falta de Centros de Educação infantil, a falta de apoio da própria escola, contribuem para a não permanência destas mulheres no espaço escolar.

18. A sociedade brasileira ainda não reparou iniquidades e desigualdades provocadas pela **política** dos latifúndios, retomada pela apropriação, por parte do agronegócio, da exploração da terra (**reestruturação fundiária**). O uso e posse da terra têm sido objeto de lutas históricas de diferentes movimentos dos povos do campo. Defendem um projeto de desenvolvimento do campo em outro projeto de nação. As lutas pelo direito à educação se articulam às lutas pela terra e pela preservação da **cultura dos povos do campo**, afirmadas nas conferências nacionais e nas diretrizes da educação do campo.

19. No que concerne aos direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais, à defesa da educação inclusiva e **atendimento especializado** é reconhecida a presença significativa dessas pessoas na EJA, **o que exige** políticas públicas educacionais quanto ao cumprimento do respeito às suas especificidades. **Há que se garantir a defesa da educação inclusiva e de boa qualidade que não apenas integre, mas que de fato inclua o educando na sua totalidade, dando-lhe condições de aprendizagem, participação e trocas**

20. Os 227 povos indígenas brasileiros, falantes de 180 línguas, por determinação da Constituição de 1988, passam a ter reconhecidos e respeitados o direito a seus territórios, a suas especificidades étnicas, socioculturais, a suas organizações políticas e, com apoio na lei maior, buscam determinações legais necessárias para terem atendidas suas metas, particularmente no tocante à educação **básica** e superior indígenas. Contemporaneamente, as organizações de povos indígenas têm ocupado lugar no cenário brasileiro, especialmente no que diz respeito à educação de sua gente e à formação de seus educadores. Buscam garantir o direito a manter e disseminar a herança educativo-cultural que os forma como grupo humano diverso: o bilingüismo, que reconhece e valoriza línguas nativas; a interculturalidade, própria do projeto de educação indígena, princípio educativo para a formação de cidadãos — importantes contribuições para a educação brasileira

21. Tanto os remanescentes de quilombos formados durante a **escravização**, como os quilombos constituídos em outras datas e circunstâncias têm assegurado na lei, nos termos da Constituição Federal de 1988, o direito às terras que historicamente ocupam, aos territórios e expressões materiais e imateriais que vêm construindo. No tocante à educação, programas e projetos procuram preservar e valorizar marcas de suas culturas, destacando a importância da resistência de afrodescendentes à escravatura e mantendo tradições e concepções de mundo resguardadas durante anos em agrupamentos zelosos de seus saberes e de seu conhecimento. Processos educativos em quilombos, oferecidos pelos sistemas de ensino ainda devem superar o caráter assimilacionista.

22. A tutela do Estado em relação a internos penitenciários tem sido um aspecto muito questionado pela sociedade, quanto ao custo de manutenção de sujeitos privados de liberdade, por um lado, e pelas condições indignas de vida a que estes são submetidos, como uma “pena” complementar à condenação da justiça, por outro. A responsabilidade constitucional do Estado com a educação para todos não exclui ninguém, nem internos penitenciários, e especialmente estes, privados de escolhas, porque mantidos em cárcere. Mas a educação, quando ofertada em presídios, compete com o trabalho: pelo trabalho há remuneração financeira de que precisam internos e suas famílias, além do que é visto como saída para manter internos ocupados, e medida de **socialização**. A remição de um dia de pena pela educação, quando existe, exige 18h de estudos, enquanto o trabalho faz a remição de um dia para cada três trabalhados. A rede de escolas em presídios, onde existe, tem pouca visibilidade social, ainda que algumas com atividades há cerca de 30 anos sem, entretanto, atender a todos os internos que constituem potencial demanda, e com pouca expansão da oferta. Durante o tempo de privação da liberdade, a educação pode ser alternativa real de vida, consolidando um dos muitos direitos não garantidos à maioria dos sujeitos presos.

23. O atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas exige que se observe a teoria de proteção integral consagrada na Constituição de 1988, ao preceituar a educação como direito básico. Reconhecendo o adolescente como sujeito de direitos, e estando este em condição de pessoa em desenvolvimento, garantir a educação como direito contribuirá como fundamento socioeducativo para a inclusão social, por meio de ensino de qualidade, de vivência do trabalho como princípio educativo, de formação para a cidadania e de reconhecimento da diversidade de juventudes e de especificidades dos jovens que se encontram privados da liberdade por um período de até três anos. **(INCLUSÃO)**

Estratégias didático-pedagógicas para a EJA

23. **acréscimo** Tomando como base a referência da educação popular, a EJA, historicamente, tem-se caracterizado por **Substituir tentar por buscar** articular processos de aprendizagem que ocorrem na escola, segundo determinadas regras e lógicas do que é saber e conhecer, com processos que acontecem com homens e mulheres por toda a vida — em todos os espaços sociais, na família, na convivência humana, no mundo do trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, em entidades religiosas, na rua, na cidade, no campo, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, nas manifestações culturais, nos ambientes virtuais multimídia etc., cotidianamente, e o tempo todo.

24. A EJA vem **Substituir tentando por percebendo** esses processos tão presentes no cotidiano, **Substituir resultantes por a partir da busca** de estratégias didáticas que possibilitam esses aprendizados. São frutos da experiência e da ação inteligente de sujeitos no mundo, segundo a ordem de necessidade em relação ao que se quer – ou se precisa – aprender.

25. Outros processos são marcados pela intenção de conhecer e educar em determinados campos, transformando modos de ver e agir em certas situações como, por exemplo, de atitudes emancipadoras das mulheres; de posturas ambientais, que alteram significativamente a lógica de **acréscimo produção de consumo, acúmulo de** riqueza e da exploração infinita da natureza; **acréscimo a questão étnico-racial**; de assunção de direitos humanos, que exigem tratamento de iguais, para todos os homens e mulheres,

Substituir deixando ressurgir **por** valorizando a *diversidade* de que são constituídos; de reconhecimento do lugar de trabalhador para além da submissão ao mercado, pensando-se produtor da vida, pela ação do *trabalho* etc.

26. As estratégias didático-pedagógicas da EJA **retirar também** tentam superar outros processos ainda marcados pela organização social da instituição *escola*, hierarquizada como um sistema verticalizado, com saberes e conhecimentos tomados como “conteúdos”, sem os quais o sujeito não adquire a legitimidade pelo que sabe. **acréscimo** Que essas estratégias, portanto, visem articular os saberes das classes populares com os conteúdos escolares de maneira não hierarquizada e não dicotomizada.

27. A EJA reconhece que todas essas situações em espaços de aprendizados acontecem mediadas por linguagens/ferramentas diversas, de maior ou menor complexidade técnica e tecnológica, de caráter artesanal ou manufaturado, de usos simples ou complexos, manuais ou eletrônicos, resultantes de trabalho humano ou planejado para ser executado pela robótica, pela inteligência artificial.

28. Dada a *diversidade* de sujeitos da EJA, **acréscimo a presença humana, a interação, a troca, e o diálogo**, são imprescindíveis como estratégias didático-pedagógicas **retirar não prescindem da presença humana, da interação, da troca, do diálogo**, pela certeza de que aprender exige ação coletiva, entre sujeitos com saberes variados, mediados ou não por **retirar velhas e novas** linguagens tecnológicas.

29. Na contemporaneidade não se pode descartar o papel das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) pelo que têm possibilitado ao desenvolvimento de processos de aprendizado, acelerado o ritmo e a quantidade de informações que são disponibilizadas, favorecido o surgimento de novas linguagens e sintaxes, enfim, criado novos ambientes de aprendizagem que se podem pôr a serviço da humanização e da educação de sujeitos. Vai se do real ao virtual, do analógico ao digital, educam-se novos gostos, escolhas, percepções para a qualidade da imagem, do movimento, da capacidade de alcançar regiões e locais remotos nunca antes imaginados, em tempo real, sem defasagens que lembrem distâncias e longas esperas.

30. As TICs se espalham na prática social de forma irrecorrível, mudando a vida, as relações e as lógicas de apropriação do tempo e do espaço, agora submetidos a novos ordenamentos e apreensões. Convive-se com antigas tecnologias, mas não se abre mão das novas em todos os campos da vida social e cuida-se de evitar que novas exclusões sejam processadas. Todos os sujeitos se vêem diante de um novo mundo de informações e linguagens/ferramentas, mas mesmo a apreensão desigual dessas linguagens / ferramentas **retirar e do fazer este mundo** inclui a todos, sem escolha, mas com diferentes graus de acesso. **retirar**: códigos de barra, cartões eletrônicos, celulares estão na realidade cotidiana, mesmo quando se é levado a pensar no conceito que ameaça o direito, mais uma vez: o de *exclusão digital*.

31. Do ponto de vista do que faz a escola — e do que sempre fez —, embora as expectativas sejam quase as mesmas por parte de jovens e adultos, cabe à EJA repensar o papel que ela deve desempenhar para mobilizar esses sujeitos à retomada de seu percurso educativo. Se muitos deles têm **substituir histórias de fracasso por trajetórias de exclusão**, de não-aprendizados, de frustrações, é possível repetir modelos e manter **substituir** fórmulas de lidar com a infância na relação entre sujeitos jovens e adultos? **por** abordagens infantilizadas na EJA. Se ler e escrever são indispensáveis às sociedades em que a cultura escrita regula a vida social, como atuar para que jovens e adultos aprendam e se apropriem dessas técnicas? Ao longo da vida, jovens e adultos

aprenderam e, portanto, detêm saberes que não podem ser ignorados. De que forma trazer para o currículo estes saberes e fazê-los dialogar produtivamente na escola? Em que tempo, com que organização? Como saber o que sabem jovens e adultos? A avaliação processual pode ajudar? De que forma? **acrescentar** Como se dá a aprendizagem de jovens e adultos? O que mais importa: **substituir** aprender ou certificar? **por** aprendizagem ou certificação?

32. Tempos **incluir e espaços** na organização da EJA são fundamentais para possibilitar que aprendizados escolares se façam. Para além dos instituídos, cabe instituir tempos **incluir e espaços** outros, de forma a atender a *diversidade* de modos pelos quais jovens e adultos podem estar na escola **acrescentar ampliar e socializar saberes** e aprender. São as necessidades da vida, desejos a realizar, metas a cumprir que ditam as disposições desses sujeitos, e por isso organizar tempos **incluir e espaços** flexíveis, segundo as possibilidades de cada grupo **retirar pode contribuir, em muito**, para garantir a permanência e o direito à educação.

33. As políticas de alfabetização e de EJA **substituir vêm disputando por tem defendido concepções diferentes** sobre o que é alfabetizar e garantir o direito à educação para sujeitos de EJA. A perspectiva de formar leitores e escritores autônomos, que dominem o código lingüístico, mas que também sejam capazes de atribuir sentidos e recriar histórias, pela escrita, sem prejuízo de outras formas de expressão como imagens vai além do que tem sido observado em muitas práticas de alfabetização e de EJA. O mundo contemporâneo exige o leitor de diversos códigos, do múltiplo, do diverso, perspicaz na interpretação e com capacidade de **retirar dando asas à imaginação**, atribuir sentidos com toda a liberdade, para além da oralidade, campo em que sujeitos jovens e adultos são competentes.

34. Um currículo para a EJA não **substituir pode por deve** ser previamente definido, se não passar pela mediação com os estudantes e seus saberes, e com a prática de seus professores, o que vai além do regulamentado, do consagrado, do sistematizado em referências do ensino fundamental e do ensino médio, para reconhecer e legitimar currículos praticados. Reconfigurar currículos é tarefa de diálogo entre especialistas, ACRESCIMO gestores, **substituir** professores e estudantes **por** educadores e educandos **retirar** até mesmo de estudantes, **acrécimo** assim como todos os segmentos **envolvidos no processo**. Não é desafio individual, mas coletivo, de gestão democrática, que exige pensar mais do que uma intervenção específica: exige projeto político-pedagógico para a escola de EJA como comunidade de trabalho/aprendizagem em rede, em que a *diversidade* da sociedade esteja presente.

35. A tarefa de reconfigurar currículos impõe a formação docente continuada, como professor pesquisador, porque por meio dela professores e educadores poderão revelar seus fazeres e resignificar seus dizeres, a partir do que, efetivamente, sabem e pensam. À formação inicial e continuada de **professores acréscimo e educadores**, fazendo real o papel de um sistema, cabe contribuir para a qualidade do ensino, nos termos que vêm sendo explicitados neste documento. **acrécimo** Para isto, torna-se necessária a **efetivação dos docentes, por meio de concurso público, nas diversas formas de oferta de escolarização para pessoas jovens e adultas.** .

36. Povos do campo defendem programas de formação de educadores e de professores para a especificidade de sua educação. Defendem, **substitui assim por também**, projetos de EJA para a *diversidade* dos povos do campo.

37. A avaliação na EJA também implica enfrentar o desafio e a lógica perversa da cultura hierárquica e submissa que formou o povo brasileiro. Mais do que pôr “cada um

em seu lugar”, pensamento a ser abandonado, cabe agora pensar de que modo cada sujeito se apropria dos conhecimentos e os faz seus, para si, para sua comunidade, para a sociedade. Esta avaliação remete à necessidade de certificação, referendo de um sistema de reconhecimento formal na sociedade. Como documento burocrático, o certificado muitas vezes tem sido o motor que conduz jovens e adultos de volta à escola, sem que esta se dê conta de estar diante de uma bela oportunidade de transformar a expectativa inicial dos sujeitos, minimizando seu valor, e maximizando o valor do *conhecer* e da competência de jovens e adultos pelos aprendizados realizados.

38. Ao longo da história recente, muitos programas e projetos — governamentais e não governamentais — produziram lições que devem ser aprendidas por educadores, dirigentes e gestores públicos, para que se avance em relação aos desafios que se mantêm, e sobre os quais muito do que já foi produzido poderia evitar que os mesmos erros se repetissem. Em parceria ou não, a perspectiva primeira **acréscimo é** de que **substituir há por a** forte fragmentação na oferta pode possibilitar uma nova leitura, se se trabalhar sob a ótica da *diversidade*.

39. Programas voltados a públicos específicos exigem sua manutenção como tal, ainda que devam estar integrados à EJA como modalidade do sistema de educação básica. Programas como *Integrar e Integração*, da Central Única dos Trabalhadores (CUT); *Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária* (PRONERA), nascido da interlocução e parceria do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com o governo federal; *Programa Nacional de Inclusão de Jovens* (PROJOVEM), destinado a públicos juvenis que apontam necessidades e culturas próprias e reclamam atenção no que diz respeito ao cumprimento do preceito constitucional da educação básica; *Educando para a Liberdade*, voltado para jovens e adultos privados de liberdade; Concurso *Literatura para Todos*, que visa a aproximar o leitor comum da literatura, valorizando escritos de novos autores por meio de um concurso e estabelecendo referências para o que seja produzir literatura para jovens e adultos com pouca ou baixa intimidade com obras literárias; *Arca das Letras*, *Telecentros* etc. são algumas de muitas iniciativas que compõem o espectro de atendimento a jovens e adultos, carecendo de maior compreensão e aproximação.

40. Programas que associam a modalidade EJA a formas de atendimento na educação profissional também têm contribuído para alterar o quadro de oferta, **suprimir mas** principalmente, o quadro referencial quanto ao que é fazer educação básica integrada à educação profissional na modalidade EJA. Outra exigência na constituição de currículos é a de reconhecer competências profissionais como conteúdo e saberes já portados por jovens e adultos, alterando a forma de produzir currículo na escola.

41. Todas as estratégias didático-pedagógicas, em síntese, quando adotadas criticamente, podem melhor dimensionar o **substituir fazer escolar por processo educativo** na EJA e a participação dos estudantes, sem perder as especificidades que movem, prioritariamente, os sujeitos que desejam aprender **acréscimo reconhecendo os diversos espaços formativos da EJA.**

Intersetorialidade da EJA

42. **Proposta de novo texto:** Reconhecer a intersectorialidade da EJA e buscar potencializá-la implica em múltiplos desafios e requer o diálogo e o envolvimento no processo educativo, das áreas e setores governamentais e da sociedade civil relacionados à saúde, ao trabalho, ao meio ambiente, à segurança pública, da assistência

social, às culturas da comunicação, em especial das tecnologias da informação e da comunicação – TICs - além de dialogar com outros níveis e modalidades da própria área educacional.

43. **Proposta de novo texto:** A perspectiva de uma relação EJA/trabalho que retome o conceito de formação integral dos cidadãos e cidadãs na produção de sua existência, no processo de transformação da natureza, enfrenta o reducionismo do que se convencionou chamar de mercado de trabalho. Não é possível continuar pensando que jovens e adultos devem exclusivamente se preparar para competir no atual desenho de ocupações definido pelo sistema capitalista, cada vez mais excludente. É possível construir outros espaços de produção de existência material e imaterial não baseados em destituição do outro, no individualismo e na competição. A reflexão sobre educação de jovens e adultos e o mundo do trabalho deve reconhecer a economia solidária, como uma das possibilidades de novas lógicas de geração de sustentabilidade e renda. Efetivar a intersectorialidade na EJA significa formular políticas públicas, promotoras de ações integradoras a partir de experiências existentes de economia solidária e de estratégias de educação para o mundo do trabalho, que gere conhecimento sobre a organização de associações e cooperativas de produção e venda, que legitime e reconheça a importância da agricultura familiar e que promova a descoberta de novos campos produtivos que respeitem a vocação local e condições ambientais.

44. **Proposta de novo texto:** A relação EJA/saúde também aponta a necessidade de desconstrução de uma lógica que se materializou nas últimas décadas por meio do binômio saúde/doença, que reduziu a saúde ao “combate a doenças”. Condições precárias de sobrevivência de grande parte de jovens e adultos brasileiros os afastam da possibilidade de vida saudável, com alimentação adequada, condições sanitárias e de moradia, segurança e transporte apropriados, acesso a terra e água de qualidade, com direito a lazer e a manifestações culturais. A falta desses componentes mínimos para a existência contribui para a reprodução de uma população adoecida. Distorções causadas pela má distribuição de renda no Brasil têm conduzido à busca de “cura de doenças”, muito mais do que à promoção da saúde. Organizar-se para enfrentar essa condição desumana de sobrevivência é fundamental. A EJA, com base na rica e diversa formação étnico-cultural de seus sujeitos, deve contribuir para reconstruir hábitos saudáveis de alimentação, de utilização e manejo de recursos naturais, de lazer e descanso, fundamentais para a produção de uma vida com saúde que, no entanto, depende de políticas públicas contínuas.

45. **Proposta de novo texto:** O desafio da relação do mundo do trabalho e da saúde na vida de jovens e adultos está intimamente relacionado à forma como esses sujeitos interagem com o ambiente, entendido aqui como espaço de vivência entre seres humanos e natureza como um todo. Uma das atribuições da EJA é incluir o conhecimento dos limites e das possibilidades impostos pelas condições físicas e biológicas do planeta de modo a gerar reflexão sobre a ética do tempo presente e um comportamento responsável.

46. **Proposta de novo texto:** Outro campo de produção da existência de jovens e adultos que desafia a EJA é o da cultura, compreendida como produção de símbolos e significados humanos relacionados a diferentes formas de expressão e representação do mundo, com forte interseção com o que homens e mulheres produzem no mundo do trabalho, (suprimir: condições ideais de saúde) com e a partir de todos os elementos que se encontram no ambiente em que vive e convive. Nesse campo o povo brasileiro

demonstra extraordinário acúmulo, todavia subsumido ao que pode ser chamado de cultura de massa, ou massificação cultural promovida em especial pela banalização da existência, a produção da “arte degradada de circulação massiva que manipula as consciências, oculta a realidade e esmaga a imaginação criadora”, tão bem feita pelos meios de comunicação de massa. O desafio das políticas públicas de EJA, além de considerar o campo um espaço de produção de cultura, é dar visibilidade ao já produzido e ao que se continua a produzir como representação ou visão da realidade, por meio da música, da expressão corporal, da dramaturgia, da produção textual, oral e escrita, da produção artesanal, da ciberarte, ressaltando o domínio das tecnologias da informação e da comunicação, entre outras.

47. **Proposta de novo texto:** Todos os campos abordados desafiam a implementação de políticas públicas para jovens e adultos com a necessária intersetorialidade que dê conta da complexidade desses campos na relação que estabelecem com a EJA, o que exige uma mentalidade sistêmica e práticas menos burocráticas. Políticas que se materializem mesmo como projetos e programas, com clara interseção entre meios e fins, implicam desafio de articulação e gestão entre entes governamentais — governo federal, governos estaduais e governos municipais — e, ainda, obrigam ao exercício necessário de definição do papel articulador de cada órgão de governo, quando se trata da implementação de políticas de cada campo, que envolvem a produção de conhecimentos de jovens e adultos.

48. **Proposta de novo texto:** Um elemento fundamental no reconhecimento do valor e do significado do aspecto intersetorial da EJA é o diálogo entre órgãos de governo, responsáveis pela implementação de políticas públicas e a sociedade civil demandante dessas políticas. Especial destaque deve ser dado aos movimentos sociais que atuam na EJA, interlocutores indispensáveis no processo de construção de políticas voltadas a jovens e adultos. Quer sejam fóruns de EJA ou demais movimentos ligados à luta pela terra, a economia solidária, à luta sindical, aos direitos de mulheres, de afrodescendentes e de indígenas, todos têm exercido papel inquestionável na proposição de diálogo e na construção de alternativas que resultem em políticas públicas conseqüentes para jovens e adultos. Por esta razão, o papel desempenhado pelos órgãos gestores na articulação de políticas em diálogo com a sociedade é fundamental, na experiência democrática de gestão.

49. **Proposta de novo texto:** O diagnóstico da realidade de jovens e adultos, todavia, demonstra a desarticulação ainda existente nas ações governamentais, o que não contribui com o desenvolvimento de políticas públicas eficientes para esses sujeitos. A construção de uma nova institucionalidade na relação entre governo e sociedade civil, no que se refere ao traçado da política intersetorial para a EJA é indispensável. Para tanto, há que se sistematizar o contato entre os representantes das diferentes instâncias de atuação, para o intercâmbio de experiências, avaliação contínua e incremento de estratégias e metodologias de ação.

EJA no Sistema Nacional de Educação: gestão, recursos e financiamento

50. Diante dos desafios enunciados, a necessidade de que a EJA se integre a um sistema nacional de educação capaz de oferecer **acréscimo a jovens e adultos** oportunidade de acesso, garantia de permanência e qualidade **retirar a jovens e adultos** para a conclusão

da educação básica é também inadiável. Todos os esforços feitos pelo Brasil, nesse campo, em especial a partir da Constituição federal de 1988 que preceitua no Art. 208 a educação como direito de todos e dever do Estado; da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que passa a assumir a EJA como modalidade da educação; e da Resolução CEB/CNE nº. 1/2000 que reafirma a especificidade desta modalidade, demonstram que a cobertura é ínfima, se comparada ao número de brasileiros que não possuem educação básica, e que a oferta existente ainda está longe de corresponder às reais necessidades de jovens e adultos brasileiros.

51. **Proposta de novo texto:** Faz-se necessário avançar na constituição no regime de colaboração entre as esferas de governo e na definição das responsabilidades dos entes federados. A União cumpre a coordenação e o estabelecimento de diretrizes nacionais para a EJA, bem como o exercício das funções redistributiva e supletiva, visando à redução das desigualdades regionais. Dotados de autonomia federativa, Estados e municípios devem contextualizar as diretrizes nacionais, provendo a oferta de EJA com modelos pedagógicos e administrativos que melhor respondam aos desafios postos pela diversidade dos sujeitos e dos respectivos contexto sócio-culturais e ambientais.

52. Reconhecer o direito à organização do atendimento a jovens e adultos em tempos e espaços pedagógicos diferenciados no sistema nacional de educação pode romper com a reprodução da oferta de EJA nos velhos moldes do ensino supletivo: educação aligeirada e compensatória, com base em justificativa equivocada de que os “alunos têm pressa, por isso a escola oferece pouco conteúdo em pouco tempo”. A realidade de propostas mais conseqüentes de EJA tem tensionado esse raciocínio e demonstrado que não há como pensar em educação como direito público subjetivo para jovens e adultos sem clara definição no sistema de ensino quanto a mudanças necessárias nas estratégias de acesso, permanência e qualidade do conhecimento produzido.

53. No que se refere a acesso, retomar por princípio o sujeito da ação educativa na EJA compreende a necessidade de diversificar formas de entrada na educação básica, não apenas no que se refere a romper com tempos determinados de matrícula, mas garantir que a entrada e o retorno às classes de EJA possam se dar ao longo de todo o processo de andamento do projeto pedagógico. **retirar:** Enfrentar questões de acesso é também reconhecer que o público jovem e adulto precisa ser conquistado para voltar ao sistema, ser convencido de que vale a pena estudar e de que a escola que o espera tem outro formato daquela que abandonou ou de que foi excluído, anos antes. Não há acesso sem mobilização de demanda e, nesse aspecto, toda a sociedade civil precisa ser forte aliada do sistema de EJA. Poder público e sociedade organizada, juntos, podem reverter a visão negativa que marca o imaginário de jovens e adultos sobre a escola.

54. **Proposta de novo texto:** Para obter a mobilização, faz-se necessário que o MEC, realize um censo nacional específico para EJA acrescida de constantes chamadas públicas para matrículas realizadas pelos diferentes sistemas públicos, utilizando, para tanto, os diversos meios de comunicação. Enfrentar questões de acesso é também reconhecer que o público jovem e adulto precisa ser conquistado para voltar ao sistema, ser convencido

de que vale a pena estudar e de que a escola que o espera tem outro formato daquela que abandonou ou de que foi excluído.

55. **Proposta de novo texto:** Permanência também tem a ver com o tema da intersectorialidade da EJA, pois o retorno à escola e o sentido do conhecimento ali produzido estão relacionados à vida e ao cotidiano das pessoas que convivem no mundo do trabalho, que precisam saber cuidar da saúde, que produzem cultura, que precisam reaprender, na convivência com o ambiente em que habitam. Um desafio inter e extra-escolar, o que exige da EJA saber exatamente o que se passa do lado de fora dos muros da escola, cabendo ao poder público garantir a integração de seus órgãos setoriais de saúde, transporte, desenvolvimento social, cultura, entre outras, em ação conjunta para viabilizar das condições de permanência de jovens e adultos nessa escola.

56. **Proposta de novo texto:** Além da difícil tarefa de mobilização de jovens e adultos para retorno à escola, do desafio de fazê-los permanecerem no sistema escolar, há um elemento fundamental que a EJA precisa enfrentar: como fazer para que conhecimentos produzidos sejam significativos, tenham qualidade e permitam aos estudantes maior autonomia para serem sujeitos da própria história? Retornar à escola, participar de um processo em que a certificação é um fim em si mesmo, não parece ser o caminho apropriado para a EJA. A análise dessa questão é imprescindível para a garantir a qualidade de todo o processo educacional da EJA e não é possível adiar mais as definições sobre o tema. a maioria dos estudiosos aponta para a avaliação num contexto processual, em cursos presenciais, como aquela que pode produzir melhores resultados, desde que parte integrante de um sistema nacional de educação básica.

Novo Item: Identifica-se a necessidade de maior estudo e discussão sobre os conhecimentos /saberes adquiridos por jovens e adultos com variados contextos não formais ao longo da sua experiência de vida, a fim de que possam ser reconhecidos e validados nos sistemas públicos de ensino.

57. Discutir qualidade da educação implica reconhecer que a EJA precisa ter definição clara de estratégias didático-pedagógicas, como já tratado anteriormente. Precisa, ainda, reconhecer a dinâmica diferenciada da vida e da trajetória escolar dos sujeitos **substituir da EJA por** envolvidos. Por fim, precisa apresentar condições materiais concretas para sua sustentabilidade, o que representa ter uma estratégia coerente de gestão, de recursos financeiros e humanos compatíveis com as necessidades demandadas pelos desafios da EJA.

58. A gestão da EJA no sistema nacional de educação **acrécimo (nos três níveis federal, estadual e municipal)**, também implica a necessária opção pelo processo participativo e democrático, tendo em vista que os sujeitos de EJA precisam ser envolvidos nas tomadas de decisão no que se refere à organização de currículos, às estratégias de acesso e permanência e à qualidade da educação ofertada nesse sistema. **substituir o restante do texto por:** O diálogo entre os gestores de sistemas públicos de ensino que ofertam EJA, o Conselho de Secretários de Educação (CONSED), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e os sujeitos dessa modalidade concorre para a superação de práticas que responsabilizam jovens e adultos

pelo “não saber” e propicia a construção de uma relação de co-responsabilidade na gestão da EJA.

Novo Item: A qualificação de gestores de EJA para acesso ao sistema estatístico nacional, assim como de toda a legislação pertinente é ainda um desafio do poder público para melhorar utilização dos recursos informacionais, legais e financiamentos, em atendimento às necessidades e demandas desta modalidade de ensino.

59. **Proposta de novo texto:** A singular e imprescindível contribuição efetiva do movimento social dos fóruns estaduais/distrital/regionais de educação de jovens e adultos no Brasil, resultante de mobilização e organização preparatórias, desde 1996, da V CONFITEA, realizada em 1997, deve ser reconhecida e mantida pela participação de representantes, tanto na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), quanto nas duas reuniões técnicas anuais entre SECAD E Fóruns de EJA..

60. Supressão do Item.

61. **Proposta de novo texto:** Para garantir a permanência e qualidade na EJA, faz-se necessário o esforço da intersetorialidade entre campos de conhecimento da EJA e a ação de variados órgãos públicos e Ministérios, com a aproximação e a interseção que se estabelece com programas voltados à economia solidária, às juventudes, aos saberes da terra, das águas, à educação nas prisões, à atenção à saúde e às necessidades educacionais especiais.

62. **Proposta de novo texto:** No que tange aos recursos humanos, ainda há um grande desafio no Brasil em relação à formação de professores e gestores que atuam na EJA. Ainda são insuficientes as iniciativas dos sistemas na formação continuada de educadores de redes públicas. No que se refere à formação inicial em nível superior, uma grande lacuna existe nas licenciaturas quanto ao reconhecimento da EJA como *locus* de formação específica. Na formação dos pedagogos cumpre reconhecer as iniciativas pontuais e crescentes de inclusão de disciplinas que abordam a EJA, e constituição de núcleos que dinamizam iniciativas de pesquisa e extensão. Entretanto, a assunção pelas universidades da EJA como campo relevante de formação, pesquisa e extensão demanda um impulso deliberado da Secretaria de Ensino Superior do MEC e das agências de fomento à pesquisa, em especial a CAPES e CNPQ. Mesmo na formação de pedagogos, considerando o elevado número de cursos superiores existentes no país (mais de mil e quinhentos), são poucos aqueles que, sistematicamente, assumem a formação de educadores de jovens e adultos (menos de 2%). É de reconhecer as iniciativas pontuais e crescentes de vários desses cursos ao incluir disciplinas que abordam a EJA e/ou ao criar núcleos que dinamizam a prática e a formação específica desse educador.

Novo Item: Dentre as políticas e programas de formação de educadores a serem impulsionados, destaca-se a habilitação, nos níveis médio e superior, dos educadores populares vinculados aos movimentos de alfabetização do campo e da cidade.

Novo Item: Outro desafio pendente é a valorização do educador da EJA, cuja profissionalização demanda condições de trabalho, de vínculo empregatício, da remuneração e de progressão na carreira adequados.

63. Desde a década de 1990, a pós-graduação nas universidades vem-se empenhando no estímulo, no desenvolvimento e na formação de pesquisadores em EJA. Há que se destacar as contribuições aportadas aos Seminários de EJA no Congresso de Leitura do Brasil (COLE), ao Grupo de Trabalho de EJA (GT 18) na Associação Nacional de Pesquisa e Pós graduação em Educação (ANPEd) e os inúmeros trabalhos apresentados anualmente nas reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A realização do I Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos, em 2006, e sua continuidade em 2007 no II Seminário, **substituir demonstrou por demonstram** a intensificação do investimento em programas de pesquisa e formação de gestores e educadores de jovens e adultos com significativa contribuição das universidades públicas e da ANPEd. **Acréscimo Ações pioneiras de governos estaduais e municipais voltadas para a formação continuada de professores no âmbito da pós-graduação caminham no mesmo sentido.** Também em 2006 o lançamento de edital para projetos de pesquisa e formação *stricto sensu* no âmbito do Programa de Educação Profissional Integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA (PROEJA) pela CAPES/SETEC representa uma primeira iniciativa voltada especificamente para esse campo. Ainda a experiência do curso de *Educação na Diversidade* promovido pela SECAD/MEC, com mediação das TICs, também demonstrou as possibilidades de um ambiente novo e promissor para a formação. **Acréscimo A continuidade de ampliação dessas iniciativas é o desafio a ser enfrentado pelo poder público e a sociedade organizada.**

64. **Proposta de novo texto:** Constitui-se, ainda, tarefa complexa o reconhecimento pelos entes federados da necessidade de implementação da Modalidade EJA no país. Após a aprovação do FUNDEB torna-se imperativo que estados e municípios passem a declarar suas matrículas de EJA no censo escolar. A declaração enquanto modalidade EJA pelos sistemas de ensino, torna-se imprescindível para que tenhamos implementado, de fato, um atendimento específico tanto pedagógico quanto estrutural, garantindo, assim, o acesso e a permanência do aluno nessa modalidade de ensino. Portanto, é importante a mudança da regulamentação do FUNDEB, excluindo-se o teto de 15% para os gastos com a EJA, e elevando o fator de ponderação de modo a alcançar a isonomia em relação aos demais níveis e modalidades da Educação Básica.

Novo Item: É urgente definir diretrizes para a educação prisional, delimitando-se responsabilidades dos sistemas educacionais e de execução penal em cada unidade da federação, pelo financiamento e gestão da educação em presídios, bem como aprovar legislação nacional prevendo a remição penal pelo estudo.